

Agrônomo

JORNAL DO ENGENHEIRO

ANO 43, Janeiro/Fevereiro de 2016, nº 287



Entrevista

Aldir Teixeira, o
Engenheiro Agrônomo
do Ano de 2015

Destaque

Decio Zylbersztajn fala sobre a
história do PENSA – Centro de
Estudos em Agronegócios

Câmaras Setoriais

O diálogo entre as cadeias
produtivas e o poder
público em SP

Capa
A voz do agronegócio

6



Renovação contínua

Os começos e os recomen- ços são geralmente cheios de promessas. Por isso, nes- tes primeiros meses de 2016, independentemente das difi- culdades, a agropecuária brasileira deve seguir firme em suas metas de melhorar o ambiente de negócios e inter- nacionalizar a agroindústria, bem como de dar continuida- de aos investimentos em pes- quisa e tecnologia.



Os engenheiros agrônomos, profissionais capa- citados que são, devem continuar se aprimorando para liderar a expansão dos negócios. O fortaleci- mento da categoria é um dos aspectos fundamen- tais para esse processo e o associativismo é o camin- ho para promover essa unidade. A AEASP tem consciência de seu importante papel nesse contex- to e tem mantido o diálogo com seus associados, sempre com o intuito de contribuir pela qualifica- ção da categoria agrônômica.

Por meio do JEA, a entidade tem apresentado te- mas atuais e relevantes para os engenheiros agrôno- mos. Fruto do nosso desejo contínuo de aprimorar este tradicional meio de informação, apresentamos no primeiro número do ano de 2016 um novo proje- to gráfico. O visual do JEA ficou mais leve e moderno.

Nesta edição, a matéria de capa é sobre a atuação das câmaras setoriais, que representam as cadeias produtivas do agro, um canal de comunicação entre o poder público e os empresários rurais. Entrevista- mos os responsáveis por alguns dos foros mais ati- vos do Estado de São Paulo.

Também trazemos entrevistas muito interessantes, com o nosso Engenheiro Agrônomo do Ano, Aldir Tei- xeira, uma sumidade em qualidade do café. E com o colega Decio Zylbersztajn, que fala sobre os 25 anos do PENSA - Centro de Estudos em Agronegócios.

Como sempre, contamos ainda com a colabora- ção de vários articulistas do mais alto gabarito que abordam temas técnicos e relacionados com os di- versos segmentos do agro.

Boa leitura!

Henrique Mazotini

Presidente interino da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo

Mudança no comando

Solenidade marca a posse do pesquisador Evaristo de Miranda como chefe-geral da Embrapa Monitora- mento por Satélite. O evento contou com a presença da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu; do presidente da Embrapa, Maurício Lo- pes; do prefeito de Campinas, Jonas Donizette; além de parlamentares, gestores do agronegócio, produ- tores rurais e representantes de instituições de pesquisa e extensão rural da região de Campinas. Miranda terá um mandato de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Ele já comandou a Embrapa Monitoramento por Satélite em outros dois períodos.



foto: Tatiana Ferro

Deferência



foto: Acrem/Creas-SP

O CREA-SP homenageou os engenheiros agrô- nomos João Jacob Hoelz, profissional que teve atuação destacada no ramo da heveicultura no Estado de São Paulo, e Raul Dantas Darce, pro- fessor doutor do Departamento de Entomolo- gia Fitopatologia e Zoologia Agrícola da ESALQ/ USP, falecido em 2010. Os nomes foram indica- dos por conselheiros da AEASP e aprovados pela Câmara Especializada de Agronomia, Comissão de Mérito e Plenário do CREA-SP. João recebeu o Diploma de Mérito da Engenharia e Agronomia e Raul teve seu nome inscrito no Livro de Mérito. A cerimônia de entrega do Diploma de Mérito da Engenharia, Arquitetura e Agronomia Paulistas e a inscrição no Livro de Mérito do CREA-SP ocorreram em 17 de dezembro, na Sede Angéli- ca do Conselho. Profissionais das áreas contem- pladas pelo CREA e seus familiares lotaram o au- ditório. As famílias dos engenheiros agrônomos receberam as honrarias em nome de ambos.

Nova direção

A chapa União e Trabalho foi confirmada para assumir a presidência, o conselho fiscal e a diretoria executiva da Federa- ção Brasileira de Associações de Engenheiros, Agrônomos e Arquitetos (Febrae) no biênio 2016/2018. As eleições ocorreram em 14 de dezembro, durante a Assembleia Ge- ral realizada na sede da entidade. O eng. civil José Tadeu da Silva foi empossado como presidente, juntamente com os demais membros da diretoria, em 30 de janeiro. A AEASP foi convidada para participar da sessão solene de posse da nova diretoria e o segundo tesoureiro, Luis Alberto Bourreau, compareceu e representou a associação.

Pleito

No dia 9 de dezembro de 2015, ocorreu no plenário do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) a eleição da diretoria e do conselho fiscal da Confedera- ção dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab). O eng. agrônomo Angelo Petto Neto foi reconduzido ao cargo de presidente da entidade. A diretoria já iniciou o debate sobre o Congresso Brasileiro de Agronomia 2017, a ser realizado em Fortaleza (CE), para definir o tema central, que deve ser concluído na Assembleia Geral em março de 2016.

Participação recorde

A Associação dos Ex-alunos da Escola Superior de Agri- cultura Luiz de Queiroz (Adealq) realizou eleições para a diretoria executiva do biênio 2016/2018 e teve uma parti- cipação recorde de eleitores, ao todo, 600. A associação enviou mensagens de agradecimento aos associados e co- memorou o feito, que, segundo a direção, está diretamente ligado à possibilidade de votação on-line. "Nossa nova plataforma on-line de votação permitiu que esalqueanos de todos os lugares, inclusive de fora do Brasil, conseguissem exercer seu voto. Tivemos eleitores representantes de todos os cursos e de 52 turmas diferentes", informou a entidade. O eng. agrônomo Antony Hilgrove Monti Sewell foi reeleito como presidente da Associação.

Artigo
Risco calculado

5

Entrevista
Aldir Teixeira

10

Artigo
Os sete mandamentos da agricultura

12

Entrevista
Decio Zylbersztajn

14

Notícias agro 3

Artigo | Borlaug Fascinado 4

Parabólica 16

Município em Foco | Marília 17

Artigo | Controle biológico 18

Artigo | Caso Shell 19

Borlaug Fascinado

Por
Fernando Penteadado Cardoso

É sempre confortável lembrar as palavras de Borlaug após percorrer áreas agrícolas do Brasil em fevereiro de 2004:

“Uma das coisas que me deixa fascinado é o que acabo de ver através da minha viagem organizada por meu amigo Fernando Cardoso, que me convidou. Sempre eu tenho lido a respeito dos terrenos ácidos do cerrado. Depois de nove anos os revisitei. E por que estou fascinado? Simplesmente porque esses solos tinham uma produtividade muito baixa e nunca foram cultivados.


A natureza também ocasiona desastres, tirando (do solo) todos os nutrientes como cálcio, magnésio e todos os componentes dos fertilizantes. Vocês têm corrigido esse aspecto negativo da natureza e isso me deixa fascinado.

Agora, nesta viagem, estive não somente vendo terrenos novos, recuperados do cerrado, mas estive vendo terrenos que por muitas décadas foram de pastagem, como forragem para gado, e que passaram a ser cultivados em rotação para aumentar a produção, com tecnologia como o plantio direto, reduzindo assim a erosão.

Vocês têm sido os pioneiros nesses dois aspectos e admirei o que têm conseguido. Isso me deixa muito gratificado.

Quando leio a respeito das necessidades de alimentos

no mundo para as próximas três décadas – logicamente que com 90 anos não tenho como pensar nos próximos 30 anos, pois não estarei presente –, mas vocês, jovens, e também os senhores com menos anos do que eu, verão muitas dessas mudanças.” Norman Borlaug.

Norman Borlaug é engenheiro agrônomo nascido nos Estados Unidos. Foi o primeiro ganhador, em 1970, do Prêmio Nobel da Paz por trabalhos na agricultura, sendo considerado o “pai da revolução verde”. Dedicou-se ao desenvolvimento de espécies de trigo resistentes a pragas e triplicou a produção mundial de grãos. Foi um ferrenho defensor do implemento de novas tecnologias, o que permitiu a produção de mais quilos por hectare. Borlaug visitou o Brasil em 1995 e 2004, por iniciativa da Manah e da Fundação Agrisus. 

* **Fernando Penteadado Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, ESALQ-USP 1936, fundador e ex-presidente da Manah S.A e da Fundação Agrisus. Fonte: USP ESALQ – Fevereiro de 2000 - Excertos de palestra.**



Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Associações de
Engenheiros Agrônomos do Brasil

GESTÃO PARA O TRIÊNIO 2015 – 2018

Presidente Angelo Petto Neto
1º Vice-Presidente Henrique Mazotini
2º Vice-Presidente Arlei Arnaldo Madeira
1ª Secretária Ana Meire Coelho Figueiredo
2ª Secretária Taís Tostes Graziano
1º Tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira
2º Tesoureiro Luís Alberto Bourreau
Diretor Celso Roberto Panzani
Diretora Francisca Ramos de Queiroz
Diretor Glaucio Eduardo Pereira Cortez
Diretor Luiz Henrique Carvalho
Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
Diretor Nelson de Oliveira Matheus



Órgão de divulgação da Associação de
Eng. Agrônomos do Estado de São Paulo

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud
Antonio Roque Dechen
Benedito Eurico das Neves Filho
Cristiano Walter Simon
Fernando Gallina
Guilherme Luiz Guimarães
João Sereno Lammel
José Eduardo Abramides Testa
Luís Roberto Graça Favoretto
Luiz Antonio Pinazza
Luiz Mário Machado Salvi
Marcos Fava Neves
Valdemar Antonio Demétrio
Victor Branco de Araújo
Zuleica Maria de Lisboa Perez

CONSELHO FISCAL

André Luís Sanches
Cássio Roberto de Oliveira
Celso Luís Rodrigues Vegro

Suplentes

Alexandre Marques
André Arnosti
Mauro Celso Sandoval Silveira

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto,
Arlei Arnaldo Madeira, Celso Roberto Panzani,
Henrique Mazotini, Luis Alberto Bourreau e
Taís Tostes Graziano

Coordenação

Nelson de Oliveira Matheus
Tulio Teixeira de Oliveira
Jornalista Responsável
Adriana Ferreira (MTB 42376)
Secretária: Alessandra Copque
Produção: Acerta Comunicação
Revisão: Verônica Zanatta
Diagramação e Ilustração: André Pitelli
Projeto gráfico: Janaina Cavalcanti

Envie mensagens com sugestões e críticas
para a editora: redacaojea@aeasp.org.br

Os artigos assinados e opiniões expressas nas
matérias e entrevistas deste veículo não refletem
os posicionamentos da Associação de Engenheiros
Agrônomos do Estado de São Paulo.

Risco Calculado

Por
Tulio Teixeira de Oliveira

Está em consulta pública um novo incremento aos procedimentos da avaliação dos agrotóxicos. Trata-se da avaliação do risco, que, no dialeto oficial, é uma análise sistematizada da probabilidade de aparecimento de efeitos adversos resultantes da exposição humana a agrotóxicos e afins, cujo processo inclui a identificação do perigo, a avaliação dose-resposta, a avaliação da exposição e a caracterização do risco.

Até agora, o Brasil tem examinado mais o perigo que um produto pode representar, ou seja, avaliado a toxicidade ao ser humano a partir de suas propriedades intrínsecas. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem examinado as toxicidades agudas (oral, dermal, inalatória, ocular, etc.) e as toxicidades crônicas (mutagenicidade, teratogenicidade, neurotoxicidade, carcinogenicidade, etc.). Não está sendo considerada aqui a relação do agrotóxico com o meio ambiente, que é outro capítulo sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).


No Decreto nº 4.074, de janeiro de 2002, já constava a determinação de elaborar os procedimentos relativos aos riscos até dezembro do mesmo ano; foi inclusive um dos exemplos citados no artigo da Aenda do fim daquele ano – ENFIM, O CAOS (ver no site www.aenda.org.br), quando, entre outros desmazelos, reclamava-se de regulamentações prometidas e não estabelecidas. Em tom de aplauso e reconhecimento, registre-se que as regulamentações citadas naquele artigo-desabafo foram elaboradas e colocadas em prática, sendo a avaliação do risco a única que faltava.

O risco é caracterizado por um cenário de exposição de um indivíduo a um perigo real. Por exemplo, um carro em movimento é um perigo real e um transeunte atravessando uma rua é um cenário de exposição a esse perigo. Nessa condição, está-se diante de um risco. E só nesses casos é que o carro significa um invento humano que pode trazer consequências indesejáveis. Para minimizar os riscos dos carros em movimento, inventaram-se o freio, as luzes, o semáforo e outros equipamentos e, ainda, regras de segurança para a sociedade.

No caso dos agrotóxicos, é a mesma coisa. Verifica-se o cenário de exposição, que varia com o tipo de aplicação, se manual, tratorizada, aérea e outras mais específicas; isso é cotejado com a atividade ocupacional do trabalhador, se misturador, abastecedor, aplicador ou outras; e, então, definem-se os equipamentos de segurança apropriados a cada situação, como máscaras filtrantes, óculos protetores, macacão impermeável, luvas, botas, etc., além de outras instruções necessárias à boa execução do serviço em harmonia com a segurança do trabalhador. Para o consumidor de alimentos, onde o risco é muito, muito menor, foram cientificamente elaboradas regras precaucionais, como ingestão diária aceitável e o limite máximo de resíduo no alimento.

A proposta governamental introduz a avaliação do risco, com boa parte da sinalização adotada pelo Global Harmonization System – GHS (ver artigo GHS NO BRASIL no portal da Aenda), faz alguma adaptação dos critérios de classificação, mas mantém a classificação toxicológica brasileira das 4 faixas no rodapé dos rótulos: (I) Vermelha (extremamente tóxico), (II) Amarela (altamente tóxico), (III) Azul (medianamente tóxico) e (IV) Verde (pouco tóxico). Recentemente, alguns tipos de produtos foram considerados de baixa toxicidade, em especial produtos de origem biológica, e para esses não há faixas.

A comunicação do risco nos rótulos e nas bulas seguirá o modelo GHS, com pictogramas e frases padronizadas. Exemplos de frases, dependendo da categoria do produto: Fatal se ingerido; Tóxico se inalado; Causa sérios danos aos olhos; Pode causar uma reação alérgica à pele. Essa será a mudança mais visível.

A mudança não visível é que o país se conscientiza da necessidade de estudar, qualificar, manejar e comunicar o risco de cada agrotóxico. Uma estratégia pública de envolvimento prático em prol da segurança do trabalhador e do consumidor. 

***Eng. Agr. Tulio Teixeira de Oliveira** Diretor Executivo da AENDA
www.aenda.org.br | aenda@aenda.org.br



A voz do agronegócio

As câmaras setoriais estaduais elaboram propostas, dão apoio e acompanham ações para o desenvolvimento das cadeias produtivas

Por
Edgar Olimpio de Souza

Houve um tempo em que a agricultura paulista se virava como podia. Hoje, ela tem voz, peso e desembrulha sugestões para melhorar o sistema produtivo, selando fina sintonia com o poder público. O novo papel é resultado da reativação das câmaras setoriais em São Paulo, foros que estão promovendo consistente revolução em uma modalidade que é o carro-chefe da economia do país. “Historicamente, elas configuravam uma espécie de muro de lamentações, agora funcionam como um influente espaço de proposições para o bom desempenho do agronegócio”, festeja o engenheiro agrônomo Alberto Pereira Gomes Amorim, 54 anos, coordenador das câmaras setoriais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA).

Vinculadas a esse órgão, as câmaras setoriais operam de forma descentralizada. “Elas tratam dos assuntos relacionados aos diversos segmentos da cadeia de produção do agronegócio”, assinala Amorim. Entre suas atribuições, por exemplo, figuram a identificação de oportunidades ao desenvolvimento, a articulação de agentes públicos e privados e a definição de prioridades. No momento, 22 estão em andamento e a meta é alcançar 30 até o fim deste ano. Entre as mais ativas, encontram-se as de Amendoim, Insumos Agrícolas, Borracha, Café e Trigo.

Não é necessário portar carteirinha para participar de uma, basta demonstrar interesse e disposição para tal. As reuniões acontecem em qualquer lugar onde se consiga agrupar os representantes de um referido sistema produtivo. Em Assis, por exemplo, os encontros se dão na própria região, polo de produção da mandioca. Marcam presença o produtor, o negociante de máquinas, o vendedor de adubos, o comprador do produto que vai processá-lo para fazer fécula, farinha, floco ou goma, o profissional que adquire a mandioca para exportá-la ou inseri-la no mercado.

As pautas são definidas pelos membros e pelos interessados e o que se discute acaba registrado em ata. O conteúdo técnico ou de apresentação fica disponibilizado para consultas no site da SAA, na guia da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro), que dá visi-

bilidade aos trabalhos desenvolvidos nessas instâncias consultivas. “As câmaras setoriais não têm vida apenas no dia de reunião, mas se alongam durante o ano todo, por meio de e-mails e telefones, de uma forma macro”, salienta Amorim.

“Ela não toma decisões sobre políticas públicas, mas pode solicitar que o Estado estude determinada matéria ou crie uma solução para um tipo de problema específico, tudo fundamentado em documentos”, completa. Dependendo da cadeia de produção, as câmaras setoriais estaduais interagem em menor ou maior grau com as similares federais, de longa tradição. Por ser uma cultura muito típica de São Paulo, a de amendoim, por exemplo, dialoga menos com a congênere da União.

Quatro princípios básicos norteiam o trabalho: preservação ambiental, investimento no pequeno e médio agricultor, saúde alimentar e difusão do conhecimento. “Nós conseguimos potencializar essa sinergia ao aproximar o carpete do prédio da SAA da poeira do chão”, ilustra Amorim.

Muito prazer: café

Uma das mais diligentes, a Câmara Setorial do Café soma emissários da bolsa de mercadorias, das indústrias de torrefação, equipamentos e fertilizantes, da Associação Comercial de Santos e do Conselho de Exportadores do Café. Desde 1996, seu eixo de atuação mudou e tem investido na melhoria da imagem do produto entre os paulistas. “São Paulo é o terceiro produtor do Brasil, o maior consumidor e concentra as grandes indústrias de torrefação e de equipamentos para colheita e benefício”, destaca Eduardo Carvalhaes Júnior, 64 anos, presidente da entidade e diretor do escritório Carvalhaes Corretores de Café. “O mais curioso, no entanto, é que o paulista parece não ter dimensão da importância econômica do café para o Estado”, resigna-se.

Para restaurar o orgulho perdido, a estratégia foi criar o selo Café de São Paulo e conceber um manual de qualidade, que ensina procedimentos básicos na hora de colher e beneficiar o produto. E com o intuito de estimular os produtores, um concurso em São Paulo, já em sua 14ª edição, premia os melhores cafés em três modalidades: microlotes, processo natural de beneficiamento e cereja descascada

“ Quatro princípios básicos norteiam o trabalho: preservação ambiental, investimento no pequeno e médio agricultor, saúde alimentar e difusão do conhecimento. ”

(CD). Além disso, um leilão é promovido entre os torrefadores e cafeterias, que podem adquirir os vencedores. “Ou seja, ao mesmo tempo em que são degustados aqui, mostramos que o Estado produz café de qualidade”, destaca Carvalhaes.

Os financiamentos na compra de máquinas e equipamentos, investimentos em produtividade e maior suporte ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC) também estão na pauta da Câmara do Café.

As reuniões transcorrem regularmente e perseguem o desafio de estimular os cafeicultores a produzirem com nível cada vez maior. Regiões como a Alta Paulista, que já foram notórias produtoras de café arábica e deixaram de sê-las por causa do clima difícil, hoje estão sendo encorajadas a investir na produção da variedade robusta, muito requerida pelas torrefações paulistas – na atualidade, grandes volumes são comprados do Estado do Espírito Santo. “Parte desse café poderia ser produzido em São Paulo, com custos reduzidos de fretes e ICMS só recolhido depois da industrialização”, finaliza Carvalhaes.

Cultura do amendoim

Instituída há pouco mais de dois anos, a Câmara Setorial do Amendoim emergiu da necessidade de se encontrar uma forma eficaz de interlocução com o setor público. São Paulo concentra quase 80% da produção brasileira de amendoim e as regiões de Alta Paulista e Alta Mogiana são os principais polos. A ideia germinou a partir da ida de um grupo de produtores paulistas aos Estados Unidos para conhecer a cadeia produtiva dessa planta. “Os americanos são muito organizados nesse campo e a visita serviu de inspiração para formarmos uma organização aqui, que contemplasse o nosso segmento”, conta Luiz Antonio Vizeu, 56 anos, presidente da entidade e diretor de marketing das Indústrias Reunidas Colombo.

O foro, que se reúne quatro vezes por ano, é composto por 22 membros de todos os elos do sistema de produção, indicados por cooperativas, sindicatos, associações, universidades públicas e institutos de pesquisa. Os integrantes têm direito a voto e qualquer pessoa relacionada ao ramo pode comparecer e contribuir com sugestões, embora não

Evento importante



Em dezembro passado, ocorreu o I Encontro das Cadeias Produtivas do Setor Agropecuário Paulista, que reuniu cerca de 900 pessoas. O evento foi organizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e contou com a presença de seu secretário, Arnaldo Jardim, e do governador, Geraldo Alckmin. Na ocasião, foi discutida a importância da produção no campo para a economia de São Paulo e do Brasil.

O secretário afirmou que a interação entre os diversos setores da agropecuária não só gerou benefícios aos produtores como fortaleceu as atividades das Câmaras Setoriais da secretaria, turbinada pela reativação das comissões técnicas.

Uma série de palestras encorpeu a agenda. Marcos Fava Neves, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), sublinhou a força emanada no momento em que os agropecuaristas se unem em torno de um objetivo comum. “O efeito dessa integração entre associações e cooperativas é o setor se tornar mais produtivo e competitivo”, disse. Xico Graziano, professor de pós-graduação da FGV-Agro e ex-secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, lembrou da importância da questão ambiental na produção, que classificou como uma força civilizatória sem volta. “É preciso dominar a sustentabilidade para não ter que engoli-la”, ensinou.

No encontro, a SAA anunciou a criação de uma linha de crédito, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), para amenizar os prejuízos de bananicultores do Vale do Ribeira, e uma Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica para caprinos, ovinos e suínos. Também foi assinado um termo de cooperação técnica para a cultura do bambu, ratificado um plano de demarcação de parques aquícolas e firmado um protocolo de intenções com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para implantação do Plano de Agricultura de Baixo Carbono. 🌱



Percy Putz, presidente da Câmara Setorial da Borracha



Nelson Montagna está à frente da Câmara Setorial do Trigo



Eduardo Carvalhaes JR preside a Câmara Setorial do Café



A Câmara Setorial do Amendoim é presidida por Luiz Antonio Vizeu



David Roqueti Filho, presidente da Câmara Setorial de Insumos Agrícolas e Pecuários



Alberto Amorim, coordenador das Câmara Setorial da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA)

possam votar. “Nossos encontros concentram mais de 30 participantes e isso é relevante porque dá corpo às decisões tomadas. É um trabalho voluntário, ninguém recebe remuneração”, revela Vizeu.

Logo na primeira assembleia, em dezembro de 2013, foram contabilizados os gargalos que travam a cadeia produtiva e se elegeram as prioridades. Cada tópico ganhou um grupo de trabalho incumbido de estudar o problema e propor soluções embasadas em informações consistentes e oficiais. Desde então, findos os estudos técnicos, os resultados são apresentados nas reuniões e, caso aprovado o documento, o mesmo é endereçado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a quem cabe tomar as providências.

“Conseguimos recentemente incluir a cultura do amendoim na categoria de Cultura de Suporte Fitossanitário Insuficiente junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Isso permitirá às empresas fabricantes de defensivos registrarem os seus produtos para o amendoim por meio de um procedimento bem menos custoso e rápido”, comemora Vizeu. Agora, o produtor terá uma gama bem maior de itens registrados para o manejo fitossanitário. “Vamos ficar em pé de igualdade com agricultores americanos e argentinos, os nossos maiores rivais no comércio internacional de amendoim”, assevera.

O núcleo tem agido também em pleitos na área de tributação, principalmente em relação aos beneficiadores de amendoim. Uma relação de itens urgentes no campo científico chegou a ser encaminhada para a SAA. O estudo ajudará na priorização das pesquisas. “Além disso, montamos um grupo para examinar e propor soluções para o problema de falta de sementes certificadas em quantidade suficiente para o plantio”, lembra o presidente da Câmara do Amendoim.

Trigo não é ração


A Câmara Setorial do Trigo foi reativada no fim de 2013 e seus membros mais presentes são a indústria e as cooperativas de produtores. Frequentam os encontros cerca de oito moinhos, produtores cooperados, também agricultores independentes, e indicados do setor de armazenagem e sementes. Abertas e democráticas, as reuniões ocorrem

quase sempre no município de Capão Bonito, região produtora de trigo, e atraindo interessados de diversas cidades do entorno, entre elas, Itapetininga e São Miguel Arcanjo.

Até aqui, além da melhoria da comunicação entre os elos da cadeia produtiva, especialmente entre o produtor rural e a indústria, a Câmara Setorial conseguiu deslançar a produção e aprimorar a qualidade do trigo. Uma das pontas do trabalho consistiu em conduzir representantes de diversos segmentos para conversar com os produtores. A outra contou com a participação das *tradings*, consideradas agentes neutros, que costumam expor no mercado nacional e internacional e falar da expectativa de preços.

“Levamos técnicos de panificação e moagem para mostrar porque o trigo é diferente de soja e milho. Ou ele obedece a um padrão de moagem ou é ração”, pontua Nelson Montagna Júnior, 61 anos, executivo na indústria do trigo há 25 anos e presidente da Câmara Setorial. “Os clientes dos moinhos paulistas são muito exigentes no que tange à farinha e ela não é produzida com qualquer trigo. O produtor, muitas vezes, pensa que basta ser trigo para gerar farinha. Diferente disso, os parâmetros de qualidade precisam ser rigorosos”, explica ele. No moinho para o qual trabalha, por exemplo, são utilizadas seis variedades diferentes desse produto.

Montagna atesta que o setor evolui em ritmo contínuo. Em 2013, a safra totalizou 150 mil toneladas, no ano seguinte saltou para 220 mil e fechou 2015 com 250 mil toneladas. “São Paulo tem condição de moer no mínimo 600 mil toneladas anuais e está produzindo pouco mais de um terço. O produtor, que não se interessava pelo trigo e desconhecia o que a indústria esperava da produção dele, hoje se sente mais confortável em plantar.”

Como a demanda é muito superior à oferta e existe liquidez, explica ele, o preço acaba sendo mais vantajoso no Estado. Isso acontece porque a indústria não consegue comprar aqui, precisa adquirir no Paraná e o produto se torna mais oneroso. “Perdemos algumas zonas de cultivo para a cana-de-açúcar, mas existem outras áreas paradas em São Paulo, com outro tipo de rotação, que podem ser preenchidas com trigo”, finaliza. 

Porteira aberta

Na Câmara Setorial de Insumos Agrícolas e Pecuários, fundada quatro anos e meio atrás, juntam-se pesquisadores, técnicos, produtores rurais, representantes dos setores de insumos, transporte, beneficiamento, armazenamento, industrialização, comércio e consumo. “Ou seja, todos os agentes das cadeias produtivas de antes, dentro, e depois da porteira”, como assinala David Roqueti Filho, 52 anos, presidente da referida organização.

Para dar conta das reivindicações do setor, grupos de trabalho são encarregados de produzir análises e conhecimentos. Recentemente, por exemplo, um dos colegiados envidou esforços para elaborar uma proposta de Norma de Compostagem a ser implementada na esfera estadual. “Temos tratado de matérias relevantes para o nosso segmento, que incluem sugestões de temas multidisciplinares como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, campanhas relacionadas ao recolhimento do passivo ambiental, créditos acumulados e atualização da legislação do ICMS para substratos de plantas e condicionadores de solos, entre outras demandas”, cita ele.

Roqueti lembra que o Estado congrega importantes empresas

do setor de insumos, seja por meio de seus escritórios centrais (administrativos), seja por meio de suas plantas industriais. “Somos um importante mercado consumidor de insumos, tanto que temos acolhido investimentos de vulto, como a inauguração da moderna fábrica de fertilizantes da Yara Brasil em Sumaré”, sublinha. No ranking de consumo de fertilizantes minerais em 2014, São Paulo se consolidou em quarto lugar. Isso equivale a 11,9% de tudo o que se consome desse essencial insumo no Brasil.


Borracha sustentável

Também com nítidas intenções de fortalecer o setor, a Câmara Setorial da Borracha Natural, instaurada em 1997, propõe políticas públicas direcionadas à sua cadeia produtiva em São Paulo. Hoje, o Estado é o maior produtor brasileiro nesse segmento – na conjuntura atual, o país compra só 45% da sua necessidade, abaixo dos históricos 2/3 de importação. As seringueiras representam 0,15% da área plantada, enquanto a cana-de-açúcar ocupa 51,5%. Economicamente, a produção de borracha é um dos principais insumos agrícolas do Estado.

O foro consultivo é encorpado por produtores, viveiristas, técnicos agrícolas, usineiros de proces-

samento, comerciantes compradores, indústria e delegados de órgãos públicos. Os 23 membros efetivos, com seus respectivos suplentes e 19 convidados, se encontram a cada três meses nas cidades de Barretos, São José do Rio Preto, Votuporanga, Colina e Pindorama. Nessas reuniões, os grupos técnicos constituídos expõem estudos sobre conteúdos como normas de plantio, formação de seringais e produção de borracha.

“Nossas avaliações sempre levam em conta a sustentabilidade do segmento”, enfatiza Percy Putz, 80 anos, presidente dessa câmara. Um dos trabalhos executados, por exemplo, determinou o Índice Energético da Seringueira. “A gente mediu todos os custos necessários para o cultivo da borracha, quanto se gasta de mão de obra, adubo, energia solar, os insumos que a árvore requer para produzir látex. Concluímos que a heveicultura é uma atividade altamente sustentável.”

Ele acrescenta que as demandas são variadas e que o principal alvo agora é continuar garantindo a qualidade da produção agrícola de borracha natural. Assim como nos demais foros, as sugestões geradas são encaminhadas para a SAA. 

Aldir Teixeira

Engenheiro Agrônomo do Ano, da AEASP, é uma sumidade em qualidade do café

Por
Adriana Ferreira

Determinação é uma característica comum aos profissionais de sucesso. O engenheiro agrônomo Aldir Teixeira não foge à regra. Filho de um médico e de uma funcionária pública, esse paulistano da gema, que não tinha contato com o universo rural, decidiu que seria engenheiro agrônomo. Contrariou as expectativas dos pais, que temiam pelo seu futuro na profissão, à época desconhecida, e seguiu para Piracicaba, rumo à ESALQ. Afirma que nunca se arrependeu. Ao contrário, se pudesse retroagir no tempo, faria tudo igual.

Assim, em 1959, o “telegrafista” se formou – esse era seu apelido na faculdade –, pois trabalhou nessa função para ajudar a custear os estudos. Pela mesma instituição, tornou-se doutor em 1972. Diferentemente do que imaginavam seus pais, teve várias ofertas de emprego, mas optou pela carreira pública.

Trabalhou na Seção de Classificação e Degustação de Café, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). De agosto de 1966 a novembro de 1983, prestou serviço no antigo Instituto Brasileiro do Café. Reassumiu o cargo no Instituto Biológico (SAA), em 1983, e aposentou-se em 1992, como pesquisador científico nível VI. Em 1992, fundou a empresa ASSICAFÉ, para prestar serviços para a Illy Café, prestigiada companhia italiana especializada em café gourmet. Junto com seu proprietário, Ernesto Illy, inaugurou o segmento de café gourmet no Brasil e criou o prêmio que leva o nome do empresário italiano e que há 25 anos seleciona os melhores cafés do país. Mais tarde, fechou a ASSICAFÉ e tornou-se diretor-geral da Experimental Agrícola do Brasil, pertencente à Illy, onde permanece. É membro e coordenador de qualidade da Câmara Setorial do Café (SAA).

Viúvo, pai de Ana Regina e Ana Cristina, tem três netos, Allan, Aldine e Lucas. Quando não está trabalhando, o elegante Aldir gosta de dançar com sua companheira, Júlia, e, embora se considere um “engenheiro agrônomo de asfalto, ar-condicionado e música ambiente”, frequentemente deixa a capital rumo à sua propriedade no interior e fala com orgulho de seus cultivos. Em setembro de 2015, a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) elegeu Aldir como o Engenheiro Agrônomo do Ano. Ele receberá as homenagens durante a cerimônia da Deusa Ceres, a ser realizada em abril.

■ Como foi sua escolha pela engenharia agrônoma?

Eu sempre gostei de plantas, morava numa casa no bairro de Perdizes [na capital paulista], tinha um quintal grande e, na adolescência, inventei de fazer uma coleção de árvores frutíferas em latas. Embora não tivesse ninguém na área da agricultura, meu pai era médico e minha mãe trabalhava nos Correios, eu escolhi a agronomia. Minha mãe queria que eu seguisse carreira militar e meu pai, que eu fizesse medicina.



divulgação

■ E como o café entrou em sua vida?

No curso de agronomia, aprendi muito pouco sobre café. A minha intenção era trabalhar em apicultura, mas passei em quarto lugar num concurso para engenheiro agrônomo na Secretaria de Agricultura e fui trabalhar na Seção de Degustação e Classificação do Café, ligada ao antigo Departamento da Produção Vegetal. Meu chefe falou: ‘Você precisa fazer o curso de classificador de café’. E eu fiz no Instituto Brasileiro do Café (IBC). Levei vantagem sobre quem já atuava no meio porque esse curso era de nível médio e o classificador sabia catar defeito, sabia degustar, mas não sabia interpretar os resultados. Dávamos orientação técnica. Com o laudo na mão, eu dizia para o produtor ‘seu café é do tipo 4, porque tem os defeitos tais e tais’. E explicava o que tinha de ser feito para que o café dele pudesse ter mais valor comercial. O produtor que não conhece qualidade vai oferecer o seu café na cooperativa ou a um comprador com os “olhos fechados”, assim não pode vender bem.

■ Como começou a sua parceria com a Illy Café?

Até 1991, o café no Brasil era comercializado como *commodities*; com a vinda de sr. Ernesto Illy, isso muda. Ele veio para cá por uma necessidade da empresa porque ele não conseguia comprar café brasileiro de qualidade, e o café do Brasil compõe mais de 50% do *blend* da Illy. Todos os outros cafés têm aroma, porque são produzidos em grandes altitudes, mas não têm o corpo, a doçura, o chocolate e a consistência do café brasileiro. Eles adquiriam os grãos de importadoras, que compram o café de diferentes produtores e misturavam sem critério. Ele precisava de um profissional com meu perfil e eu fui um dos entrevistados. Soube que ele queria fazer um concurso de qualidade do café e escrevi um regulamento e levei no bolso no dia da entrevista. Mostrei a ele, que disse que era o que estava precisando. Terminamos a pri-

meira edição do prêmio, me aposentei do IB, abri minha empresa e passei a prestar serviços para a Illy.

■ Qual era a ideia do prêmio?

A ideia do seu Ernesto era estimular a produção de café de qualidade, comprar diretamente do produtor e pagar um preço melhor. O próprio café do Cerrado surgiu depois do prêmio. E começaram a aparecer outros concursos. O da Illy fez 25 anos. E o de São Paulo, que está em sua 14ª edição, tem o meu nome porque o Chico Graziano [ex-secretário da Agricultura] e o Nathan [Nathan Herszkowicz, presidente da Câmara Setorial do Café] resolveram me fazer essa homenagem. Me sinto orgulhoso, ser homenageado em vida é maravilhoso.

■ O que o senhor tem a ver com os cafezais do Instituto Biológico, na capital paulista?

Na década de 1980, quando eu estava no IB, um dia fui ao Detran e do 4º andar olhei pela janela e vi o prédio do Instituto Biológico e que ele tinha uma área vazia entre um prédio e outro. Eu era assistente do diretor, Luiz Pustiglione Neto, que era médico veterinário. Quando voltei, falei para ele “Pustiglione, tem uma área vazia aí, que tal plantarmos café?” Ele falou “isso é com você”. E eu fui me virar, consegui as mudas de graça. Elas vieram de Garça (SP), sem custo nenhum e plantamos um hectare, metade de Arábica mundo novo e metade de Catuaí.

■ Além de ocupar a área, havia outro objetivo?

Sim. Turistas que chegavam à cidade viajavam muitos quilômetros para conseguir uma muda de café porque as plantações estavam se afastando cada vez mais da capital. O pessoal que vem da Europa, principalmente, sabe tomar café, mas eles não conhecem um pé de café. Eles achavam muito trabalhoso viajar 150 quilômetros para conhecer as lavouras. Acho que conseguimos dar uma opção a essas pessoas.

■ Quando o senhor começou a parceria com o senhor Illy, tinha ideia de que estava inaugurando um novo nicho de mercado?

Sim, eu sempre preguei qualidade, mas precisou vir uma pessoa de fora para mostrar que nós tínhamos potencial. Porque tudo depende, no fim, da comercialização. A visão do senhor Ernesto abriu uma luz no fim do túnel. E todos passaram a reconhecer que o Brasil tinha café de qualidade.

■ O trabalho desenvolvido na Câmara Setorial do Café tem contribuído pela melhoria da qualidade?

Sim, algumas coisas evoluíram. Por exemplo, antes os cafés comprados para a administração do governo eram feitos por licitação e baseados no preço mínimo. Oras, quando você faz preço mínimo, você vende porcaria. Nós mudamos isso. Hoje é pela qualidade mínima para poder entrar na concorrência.

■ Quais são as regiões propícias para o café?

Uma das premissas chama-se altitude. O café gosta de solos profundos. O serrado mineiro foi uma região descoberta pelo antigo IBC. As regiões de Garça, da Alta Paulista e Alta Mogiana, que tinham muito café, não tinham a qualidade que tem uma região de montanhas. Então, acima de 900 metros é a altitude ideal para se produzir café de qualidade. No Brasil, nossas altitudes maiores chegam a 1.400 metros. Em outros países, como Etiópia ou Colômbia, por exemplo, o café vai a 1.700, 1.800, até 2.400 metros. Esse café vai ter um bouquet, um aroma que o nosso não tem. O que é que a Illy faz? Ela pega o café despulpado dessas regiões

mais altas, que não tem corpo, não tem doce, mas tem aroma e mistura com o nosso café e se obtém o *blend* ideal.

■ Após a abertura desse segmento de café gourmet, vemos muitas marcas no país, inclusive importadas...

Mas há também marcas brasileiras. A Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC) estabeleceu alguns parâmetros. Há os cafés que eles chamam de Tradicionais, os chamados de Superior e os Gourmet. Para estar classificado nessas categorias, deve-se apresentar algumas características. O Café Gourmet, por exemplo, não pode ter nada de café robusta, não pode ter preto, ardido, entre outros detalhes. Existem algumas marcas de café brasileiro que estão dentro dessa categoria. Eles têm um nível mínimo de nota para alcançar esse patamar. Se você quer comprar um café melhor, consuma o gourmet. São mais caros? Sim. Mas todo produto melhor é mais caro. Agora, são todos iguais? Isso já é uma outra coisa...

■ Quais são as dicas para o apreciador da bebida?

Primeiro, o certo é você esperar o café e não o café esperar por você. É o rito de fazer o café na hora. Outro aspecto importante é que o consumidor faz a compra do mês e traz 5 quilos de pó de café. Está errado. O café deve ser comprado em menor quantidade e mais vezes. O café arábica tem em sua composição aproximadamente 17% de óleos essenciais e, quando os grãos são torrados e moídos, ficam expostos e oxidam, o que confere um gosto rançoso ao café. O ideal seria torrar e moer na hora. Também é preciso acondicionar o produto em embalagens escuras e colocar na geladeira, para evitar a degradação.


■ É normal que alguns cafés expressos sejam muito amargos?

Não, o café de qualidade não deixa sabor amargo, picante. Como o café expresso é um amplificador, se o café for bom, ele fica muito bom. Mas, se for ruim, sai de baixo. Quando o café é bom, se toma sem açúcar. Ele deixa um gosto agradável. Se precisar de uma bala ou chocolate depois, é porque o café é ruim.

■ O processo de degustação garante mesmo a excelência do café?

Na prova final, são sete degustadores provando o mesmo café em quatro xícaras diferentes, o que perfaz 28 resultados para uma amostra. Então, nós temos certeza do que estamos falando, que é exatamente a minha tese de doutoramento, de que a prova de xícara, que sempre se falou que é uma prova subjetiva, deixa de ser subjetiva e passa a ser uma prova objetiva no momento em que são feitas repetições e se realiza com uma equipe de provadores. Evidente que tem de ter o paladar educado. Fumar, beber ou ter qualquer tipo de problema bucal interfere de forma negativa na avaliação.

■ O que evoluiu e o que é obstáculo para os cafeicultores?

Evoluiu bastante, hoje todas as regiões produtoras têm condições de produzir qualidade. Mas sempre há o que melhorar. Vou a muitas propriedades e, quando o proprietário oferece para ver a lavoura, digo que prefiro ver a infraestrutura. Vou à área do lavador, do despulpador, do terreiro, da tulha, da máquina de beneficiamento. Vejo uma porção de coisas erradas que o proprietário não está vendo. Por exemplo, o armazém tem de ser escuro, não pode ser quente, nem ter umidade. Às vezes, você vai a uma tulha e sobe (eu sempre subo) e lá em cima está um calor que não se aguenta. O café não gosta disso. Mostro ao proprietário quais são os seus erros. Hoje eles aceitam bem essas instruções e procuram segui-las. Estamos ampliando o número de produtores que fazem qualidade. E hoje temos concorrentes buscando o mesmo café que procuramos. Isso força o produtor a buscar e a se aprimorar. 

Os sete mandamentos da agricultura em 2016

Por
Ivan Wedekin

A turbulência na política e na economia continuará em 2016. As expectativas dos agentes de mercado, refletidas no Boletim Focus do Banco Central, indicam queda de 3,62% no PIB em 2015 e encolhimento de 2,67% em 2016. O índice de confiança do consumidor permanecerá em baixa ante o aumento do desemprego e da queda do consumo das famílias.

A crise atual é concentrada na indústria e nos serviços (queda de vendas, demissões), mas o que afeta o consumidor acaba afetando a cadeia produtiva do agronegócio. Nesse ambiente instável, a agricultura – que já vive cerca de riscos por todos os lados – precisará prestar muita atenção nas sete chaves do sucesso em 2016.

Primeiro: Gerenciamento do caixa

A primeira regra é clara: manter a liquidez, dinheiro em caixa. Quem tem dinheiro em caixa pode, por exemplo, comprar melhor os insumos, obter receita financeira com a aplicação dos recursos, focar nos investimentos essenciais ao negócio. Quem tem dinheiro em caixa pode também aguardar oportunidade de investimento, pode comprar ou arrendar terras de produtores que estejam em dificuldades financeiras. Vale a máxima que sempre se repete: “a agricultura não quebra, muda de dono”.

Segundo: Controle de custos

É certo: os custos agropecuários serão maiores na safra 2015/2016. Além do impacto do dólar sobre os preços em reais das matérias-primas e dos insumos importados, as despesas com energia, combustíveis e mão de obra também estão subindo mais que a inflação. E o produtor rural não tem controle sobre o preço dos fatores de produção que utiliza. Então, ele precisa gerir na ponta do lápis os gastos correntes e o orçamento de custeio até a venda da produção.

Em momentos de “bonança”, de boas margens, é natural haver um “relaxamento” dos controles. Mas sempre dá para cortar despesas. E sempre é possível fazer mais com menos, reduzindo os desperdícios e os gastos supérfluos. Em outras palavras, é preciso focar nas ações para aumentar a produtividade dos fatores de produção (terra, capital e trabalho) utilizados na agropecuária. Existem ações de custo zero que geram economias como, por exemplo, caprichar na regulação das máquinas, adubar de acordo com a qualidade do solo e a necessidade da planta. O olho e o bolso do produtor são dois lados da mesma moeda.



Ivan Wedekin

Terceiro: Aumento da receita

Preste atenção em dois pontos. Primeiro, os preços agropecuários nas principais bolsas do mundo deverão ser menos voláteis em 2016, a menos que ocorram novos acidentes climáticos. Os mercados de soja e milho já refletem a recomposição dos estoques mundiais, após a grande quebra de safra de 2012 nos Estados Unidos. O mundo continua abarrotado de estoques de algodão. Os preços do boi não terão mais força significativa de alta em 2016. O café sempre é uma incógnita, pois o clima interfere muito no tamanho da safra.

Segundo, o mercado interno será mais fraco, mas o ímpeto exportador será mais forte em 2016. Dada a relevância desses dois pontos, muitos vão dizer que é difícil para o produtor aumentar a sua receita. Revise os erros e acertos da venda da safra em 2014 e em 2015. Gaste muito mais tempo acompanhando o mercado futuro e o clima no mundo, conversando com amigos, ouvindo os analistas para, em cada momento do ano, formar uma visão sobre a evolução do mercado do seu produto. Tome decisões olhando para o futuro e não pelo retrovisor dos preços. A decisão de como vender a safra resulta de três fatores: Razão (análise apurada), Intuição (experiência acumulada) e Ação (executar a decisão tomada), o chamado RIA. Nos mercados agropecuários não dá para “acertar na mosca”, mas é possível aumentar a média anual dos preços recebidos e, assim, aumentar a receita.

Quarto: Ninguém manda no câmbio

A cotação do dólar e de todas as moedas no mundo, assim como os preços dos produtos agropecuários, é formada no mercado, segundo a velha (e pouco conhecida) lei da oferta e da procura. Os melhores consultores e analistas

“ Nesse ambiente instável, a agricultura precisará prestar muita atenção nas sete chaves do sucesso em 2016 ”

das tesourarias dos bancos dificilmente acertam na previsão da paridade real (R\$) por dólar (US\$). Dizem que “a taxa de câmbio foi inventada para humilhar os economistas”.

O mercado de moedas é mundial, depende de políticas de muitos países. Vivemos um período de fortalecimento do dólar norte-americano em relação às principais moedas do mundo. Com isso, o real se desvalorizou e o dólar subiu. Além disso, o quadro político confuso, as expectativas ruins e o receio dos investidores internacionais botaram lenha na fogueira e o dólar subiu ainda mais. Nem mesmo o Banco Central pode comandar o preço do dólar no Brasil.

Conclusão: vivemos um período de grande volatilidade, ou seja, alta e baixa da cotação do dólar. Recado ao produtor e demais agentes do agronegócio para 2016: não fique descasado em dólar, por exemplo, não faça dívida na moeda norte-americana se tiver receita em real. Trave o câmbio da melhor forma que puder. Em 2015, muitos produtores e empresas ficaram descasados, com dívidas descobertas em dólar e estão com grandes problemas nas mãos.

Quinto: Produtor não é especulador

Sempre digo que “a agricultura não é uma ilha, mas é cercada de riscos por todos os lados”. Risco de produção (impacto do clima, pragas, etc.), risco de crédito (vender e não receber) e risco de preços (forte oscilação ou volatilidade). A função essencial do produtor é produzir e não especular. O especulador não produz, nem processa, nem consome. Quem especula está disposto a correr riscos. Embora se divulgue mais a conotação negativa, o especulador é essencial nos mercados futuros, já que assume os riscos naturais dos produtores e processadores de bens agropecuários. O especulador dá liquidez ao mercado, senão o produtor ficaria nas mãos de poucos compradores.

No Brasil, os produtores são os grandes especuladores do mercado. Correm muito mais riscos que frigoríficos, esmagadores de soja e os exportadores de matérias-primas e seus derivados. Estes, fazem seguro de preços (hedge), não operam a descoberto. Quando retém estoques para venda futura, o produtor está, a rigor, especulando.

Nos Estados Unidos, entre 60% e 75% dos produtores fazem hedge, diretamente na bolsa ou por meio dos armazenadores. A troca de produto por insumo (barter) é uma forma de travar os preços. O produtor precisa colocar o hedge na sua lista de promessas para 2016. O governo federal pode ajudar

a integrar a Política de Garantia de Preços Mínimos aos mercados de derivativos em bolsa, gastando menos e apoiando mais os produtores. O governo deveria, por exemplo, subsidiar a compra de um contrato de opção pelo produtor, facilitando o hedge. Os EUA fizeram isso nos anos 1990.

Sexto: Tecnologia sempre

A tecnologia é o vetor das grandes transformações no campo. Um breve retrospecto: no curto período das últimas dez safras (2004/2005 a 2014/2015), a produção de grãos cresceu 5,8% ao ano, a área plantada aumentou 2% e a produtividade cravou 3,7% anuais. Muitos produtores ainda precisam incorporar tecnologia, receber assistência técnica e testar e ampliar seus conhecimentos. Há muito caminho a percorrer. A produtividade do milho no Brasil é metade da norte-americana: 5,4 toneladas por hectare aqui contra 10,6 toneladas lá. Nossas condições são mais diversas, mas no mundo ensolarado na competição isso não importa. Na soja, o Brasil está melhor: alcançamos 92% da produtividade dos EUA.

O produtor rural não pode descer do bonde da tecnologia. Revise sua estrutura de produção. Corte outras despesas e não jogue fora anos de investimento em tecnologias vencedoras, que reduzem os custos e melhoram a qualidade dos produtos.

“A produtividade agrícola representa a chave para um suprimento alimentar mais abundante e barato. É também a chave para a melhoria da renda e do bom estar da população rural”, Theodore W. Schultz, Prêmio Nobel de Economia em 1979.

Sétimo: Só cresce quem investe

As contas mais justas do produtor (receitas versus despesas) vêm confirmando a expectativa de retração dos investimentos rurais. O crédito é um indicador. A contratação de crédito para investimento entre julho e novembro de 2015 foi de R\$ 13,5 bilhões, caindo 56,8% em relação ao mesmo período de 2014. Em contraste, a área plantada de soja crescerá 1,1 milhão de hectares nesta safra.

Não devemos nos limitar à visão tradicional de investimento enquanto aumento do estoque de capital físico (aquisição de máquinas, equipamentos, terra). É fundamental uma visão mais ampla de capital. O conhecimento é a grande mola propulsora da formação de capital humano. Não deixe para depois. Em 2016, o produtor deve investir mais tempo estudando, pesquisando, organizando, analisando o mercado e treinando seus familiares e colaboradores.

Em qualquer cenário ou ambiente econômico, a capacidade empreendedora do produtor rural brasileiro sempre estará em cheque. Só cresce quem (bem) investe. 📈

*O eng. agrônomo Ivan Wedekin é diretor da Wedekin Consultores, apresentador do programa Momento Agro do Brasil, parceiro do Canal Rural com o Banco do Brasil, e presidente da Câmara de Crédito e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Decio Zylbersztajn

O fundador do PENSA – Centro de Estudos em Agronegócios fala sobre os 25 anos do programa que ajuda a desenvolver o agro no país

Por
Adriana Ferreira

O PENSA – Centro de Estudos em Agronegócios completou 25 anos de existência em 2015. Seu fundador, o engenheiro agrônomo Decio Zylbersztajn, 62 anos, professor titular da Universidade de São Paulo, conta que a ideia surgiu quando ele esteve na universidade de Harvard, nos Estados Unidos, junto com o saudoso engenheiro agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, ícone na história da agronomia nacional que, dentre outros feitos, ajudou a criar a Agrishow. Assim, o PENSA foi inspirado no programa de *agribusiness* da celebrada instituição de ensino norte-americana.

“Araújo e eu participamos do encontro anual de *agribusiness*. Eu era então assessor econômico dele. Na volta, decidi prestar concurso para a USP, pois desejava montar um programa similar. O Ney me apoiou desde o início”, recorda Decio, que é doutorado em economia pela North Carolina State University e pós-doutorado pela Universidade da Califórnia-Brekeley. Ney Bittencourt fez parte do primeiro quadro do programa, juntamente com o professor Ray Goldberg, criador do conceito de *agribusiness*.

Como presidente do Conselho de Orientação do PENSA, Décio falou ao *JEA* sobre o trabalho realizado ao longo dessas mais de duas décadas.

■ **Como é a estrutura organizacional de vocês, como funciona, qual a natureza jurídica?**

Somos um dos Programas Institucionais da FIA (Fundação Instituto de Administração). A FIA é uma fundação que dá suporte para a Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA). Somos também um programa de pesquisas registrado no CNPq.

■ **De onde vem os recursos para a organização, vocês prestam serviços para a iniciativa privada? Que tipo de serviços o PENSA oferece?**

Nossos recursos são oriundos das atividades fundamentais de pesquisa, extensão e ensino. Na pesquisa, temos projetos apoiados pelas instituições como CNPq e Fapesp. Na extensão, fazemos projetos para empresas. Por exemplo,

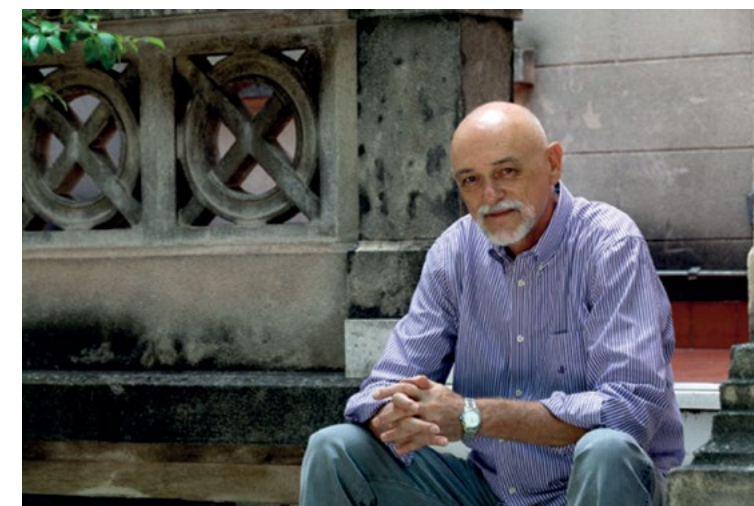


foto: AJ/FEA-USP

“ O conceito de *agribusiness* foi ampliado no Brasil por meio do trabalho pioneiro do PENSA ”

somos responsáveis pela Universidade Illy do Café faz 15 anos. Temos uma parceria com a Illy, empresa torrefadora de café localizada em Trieste, na Itália. Na educação, além dos cursos de graduação e pós-graduação, ministrados na USP, temos cursos executivos e trabalhamos com a modalidade de educação a distância.

■ **Fale-nos de um dos projetos bem-sucedidos conduzidos pelo PENSA.**

O PENSA, ao longo de 25 anos, realizou amplo estudo de competitividade dos setores do agronegócio para o governo federal. Fizemos cerca de 70 estudos de caso de empresas do agronegócio brasileiro, material utilizado até hoje como balizador das estratégias das corporações. Fizemos inúmeras teses sobre cooperativismo e estabelecemos uma linha de pesquisa sobre o tema das organizações cooperativas. Para citar alguns desses trabalhos: Governança de Cooperativas Agrícolas, Processos Decisórios nas Cooperativas, Business History: cooperativas agrícolas, estudos de contratos agrícolas e de coordenação vertical da produção agroindustrial.

■ **Que ideias saíram do PENSA para influenciar o setor do agro no Brasil?**

O conceito de *agribusiness* foi ampliado no Brasil por meio do trabalho pioneiro do PENSA. Nas empresas, trabalhamos para mostrar a necessidade da coordenação fina entre agricultura e os demais setores, com efeitos e impactos sobre as estratégias das empresas e políticas públicas.

■ **Quais são os critérios para fazer parte do PENSA?**

Em geral, os alunos que entram nos programas de graduação e de pós-graduação participam de todas as atividades. Os empresários participam dos debates mensais realizados na FEA, que são abertos aos interessados.

■ **Como o senhor avalia a trajetória do PENSA?**

Um programa de pesquisa bem-sucedido que evoluiu para apoiar o setor privado e público nos assuntos estratégicos ligados aos agronegócios.

■ **Quais as novidades e os planos de vocês para este ano?**

Seguiremos com o foco no estudo da Governança das Organizações do Agribusiness. Continuaremos com o estudo sobre contratos agrícolas aplicados ao setor do café e também sobre novas formas organizacionais nos agronegócios.

■ **Alguns especialistas defendem que se alavanque a classe média rural e que se fortaleça também a agricultura familiar no Brasil. O senhor concorda? De que maneira isso pode ser feito?**

Temos uma emergente e estabelecida classe média rural em muitas regiões do país. Um bom exemplo pode ser visto na atividade cafeeira no sul de Minas, Cerrado e Zona da Mata. Ao mesmo tempo, temos bolsões de pobreza que devemos incorporar elevando o padrão de renda. Não é apenas um problema do agronegócio, mas de toda a sociedade. Costumo dizer que precisamos transformar o “agro-não-negócio” em “agronegócio”.

■ **E quanto à agricultura de larga escala, em linhas gerais, quais desafios que o grande produtor precisa vencer nos próximos anos?**

Certamente, deveremos enfrentar a queda de margens, ainda que o câmbio tenha dado uma folga temporária. Portanto, os gargalos logísticos precisam ser resolvidos vez por todas.

■ **Em termos de gestão, quais os principais erros cometidos pelos produtores rurais brasileiros?**

Não tenho uma resposta geral, mas precisamos cuidar dos controles de custos de modo mais profissional. Controlar o grau dos investimentos fixos (equipamentos e terra), lembrando que existem opções como o aluguel de serviços de equipamentos. Terceirização não deve ser vista como um problema, mas como uma solução.

■ **E onde eles mais têm acertado?**

Temos acertado no empenho em produzir, na produção de microinovações no campo, na adoção de tecnologias. O agro brasileiro é um caso de sucesso. 🍷

FUNDAÇÃO AGRISUS
agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas,

com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Análises reconhecidas

Durante o 1º Encontro das Cadeias Produtivas do Setor Agropecuário Paulista, realizado no Palácio dos Bandeirantes, no dia 15 de dezembro de 2015, foi entregue o Troféu Instituto Biológico à empresa Broto Legal pelo desenvolvimento de programa de monitoramento de agrotóxicos em seus produtos. O presidente do Instituto Biológico, Antonio Batista Filho, participou do evento, ao lado do secretário de Agricultura, Arnaldo Jardim, e do governador, Geraldo Alckmin, dentre outras autoridades.

O feijão está entre os produtos alimentícios mais consumidos pelos bra-

sileiros. Para garantir a saudabilidade dos alimentos, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto Biológico, realiza, desde 2004, análises de resíduos de agroquímicos em produtos da empresa Broto Legal Alimentos.

As embalagens dos produtos da empresa vêm com um selo que atesta a sua qualidade e, conseqüentemente, a qualidade do alimento industrializado. Essa parceria entre a Pasta com a Broto Legal foi pioneira na análise de resíduos de agrotóxicos em grãos para fins comerciais, pois agrega valor ao produto e gera imagem positiva em termos de marketing.



No Brasil, essa análise não é obrigatória, mas constitui exigência dos mercados, que passam a cobrar por melhor qualidade. “Se o Brasil quer exportar, não pode ter resíduo. Em menor escala, essa exigência vale para o mercado interno também”, considera o pesquisador da Secretaria, Amir Gebara, responsável técnico pelo Laboratório de Resíduos de Pesticidas do Instituto Biológico.

Agenda do Agro

Março

7 a 11 – Expodireto Cotrijal 2016
Não-Me-Toque (RS)
Tel. (54) 3332-2215 / (54) 3332-2216
www.expodireto.cotrijal.com.br

16 a 18 – Femagri
Guaxupé (MG)
Tel. (35) 3696-1000
faleconosco@cooxupe.com.br
www.cooxupe.com.br/femagri

21 a 23 – Expoagro Afubra
Rio Pardo (RS)
Tel. (51) 3713-7700
www.afubra.com.br/expoagro.html

29/3 a 1º/4 – Show Safra
Lucas do Rio Verde (MT)
Tel. (65) 3549-1161
www.fundacaorioverde.com.br

Brasil agrícola

A agropecuária foi a atividade predominante na economia de 57,3% dos municípios brasileiros, segundo a pesquisa do Produto Interno Bruto dos Municípios de 2013, divulgada em 18 de janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado exclui o peso da atividade administração, saúde e educação públicas e seguridade social, que são analisados separadamente.

Leguminosas em alta

A 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas (IYP). O objetivo é conscientizar a população a respeito dos benefícios nutricionais das leguminosas e criar uma oportunidade para encorajar conexões, por meio de cadeias alimentares, para utilizá-las como fonte proteica e também para rotação de culturas na agricultura.

As leguminosas correspondem aproximadamente a plantações anuais contendo entre um e 12 grãos ou sementes de tamanhos variados, forma e cor, usados para alimentação. O termo é limitado apenas para plantações preparadas para grãos secos, excluindo, assim, plantações de vegetais, bem como para cultivos usados prioritariamente para extração de óleos e plantações de leguminosas para semeadura.

Leguminosas são fonte vital de proteínas e aminoácidos de origem vegetal para indivíduos no mundo todo e devem ser consumidas como parte de uma alimentação saudável. São alimentos recomendáveis para enfrentar a obesidade, assim como também para prevenir e ajudar no controle de doenças crônicas como diabetes, problemas coronários e câncer.

Além disso, funcionam como fixadoras de nitrogênio nos solos, contribuindo, assim, para sua fertilidade e influenciando de maneira positiva o meio ambiente.

Fonte: Cenário Agro

MUNICÍPIO EM FOCO

O Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é o órgão da prefeitura responsável por planejar, programar, executar, organizar, supervisionar e controlar as políticas públicas inerentes à sua área de atuação, ou seja, agricultura e meio ambiente.

A presença de engenheiros agrônomos nas administrações públicas é de suma importância para o sucesso das ações e dos programas. Só no Estado de São Paulo são 645 municípios. Por essa razão, o JEA faz um especial destacando o trabalho de alguns desses profissionais que enveredaram pelo serviço público.

Marília

Distante 443 quilômetros da capital paulista, Marília é a segunda maior cidade do Centro-Oeste paulista, com 230.336 habitantes (IBGE, 2014). Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 0,75% (1.718 pessoas).

O município tem uma forte atividade industrial no ramo de alimentação e é conhecido como Capital Nacional do Alimento. O parque industrial mariliense possui cerca de 1.100 empresas do setor alimentício, metalúrgico e construção. Nestlé, Dori, Coca-Cola, Bel e Marilan estão entre as empresas de destaque na região. A Marilan, quarta maior empresa do ramo alimentício no Brasil, foi fundada na cidade. Os setores de comércio e serviços também têm um papel importante, com destaque para tecnologia de informação.

O setor agropecuário também se destaca. Na zona rural, são produzidas culturas como café, amendoim, melancia, borraça, coco, laranja, manga, maracujá, cana-de-açúcar, mandioca e milho. “Marília possui em torno de 2.500 propriedades rurais, com uma atividade rural voltada para pecuária, café e pequenas propriedades com atividade de olericultura”, ressalta o engenheiro agrônomo Leonardo Sanches Mascarin.

Formado pela Universidade de Marília (Unimar), em 2003, Mascarin já atuou como secretário municipal de Meio Ambiente, entre os anos de 2013 e 2015. Ele também é funcionário da CATI/Secretaria de Agricultura e Abastecimento há cinco anos e passou pelo setor privado como professor universitário e empresário. Atualmente, paralelo ao trabalho da CATI, atua como consultor ambiental.

“Ingressei no setor público por meio da CATI, trabalhando com extensão rural e atendimento direto a produtores rurais. Em 2013, fui convidado pelo prefeito Vinícius Camarinha para assumir a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por causa do meu conhecimento na área de consultoria ambiental. Foi um diferencial do prefeito quando assumiu seu cargo em selecionar e colocar técnicos capacitados nas posições de decisão, mudando o perfil da política na cidade que apenas tinha



em seus principais cargos pessoas ligadas a partidos políticos e sem nenhum conhecimento técnico”, explica o engenheiro agrônomo.

Durante os dois anos em que Mascarin esteve à frente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, foram implantados vários projetos, cujo foco era beneficiar a população e trazer um planejamento técnico para a cidade, relata ele.

“Em relação às propriedades rurais, conseguimos recurso para desenvolver o Plano Diretor de Conservação de Estradas Rurais a fim de diagnosticar e planejar ações de melhorias contínuas para movimentação entre o campo e a cidade, beneficiando a saída de produção agrícola, entrada de insumos, e acesso da população rural aos serviços básicos de saúde, educação e lazer”, afirma.

No setor de resíduos sólidos urbanos, durante a sua gestão, o engenheiro agrônomo desenvolveu o Plano Municipal de Gerenciamento, no qual foram implantados diversos ecopontos para o recebimento de resíduos, além da implantação de um piloto de coleta seletiva dos recicláveis e de um processo de licenciamento para novo aterro sanitário.

Outra realização de Mascarin foi a arborização urbana. “Conseguimos desenvolver diversos materiais informativos contendo argumentos técnicos sobre procedimentos de escolha das espécies, procedimentos de poda e manutenção. Foi possível implantar um grande viveiro municipal para doação de mudas à população. Cerca de 10 mil mudas foram doadas e plantadas anualmente nas vias públicas de Marília. Esse trabalho possibilitou atingir uma meta de ter quase 100% das residências com uma árvore plantada na calçada em frente de casa.”

Para o engenheiro agrônomo, a sua formação técnica foi essencial para a realização desses projetos. “O planejamento agrícola e ambiental de uma cidade precisa passar constantemente por adequações e melhorias a fim de atender o maior número de beneficiários e minimizar todos os impactos que possam gerar ao meio ambiente local”, finaliza.

Controle biológico

Por

André Arnosti, Maria Izabel C. Mathias
e Italo Delalibera Júnior

O inseto *Diaphorina citri* (Kuwayama) tem sido atualmente considerado uma praga de grande importância econômica não só por atacar plantas de citros, como também por ser vetor de patógenos. Assim, esses insetos vêm merecendo destaque nas pesquisas por serem transmissores das bactérias ‘*Candidatus Liberibacter americanus*’ e ‘*C. Liberibacter asiaticus*’, agentes causais do “Huanglongbing” (HLB) do citros, ou também conhecido como “Greening”.

A ocorrência desses insetos como praga já foi registrada nos continentes asiático e americano, regiões que a tem como a principal praga das culturas de citros. No Brasil, há registro que os mesmos vêm causando prejuízos com consequente impacto econômico, podendo até mesmo inviabilizar os plantios nas regiões onde a ocorrência é mais intensa, como no Estado de São Paulo. Controlar esses indivíduos de forma sustentável ainda é um desafio a ser alcançado, e nas medidas atuais de controle estão sendo usados produtos químicos de natureza sintética (agrotóxicos) os quais, além de desencadear mecanismos de resistência nos próprios insetos, ainda prejudicam fortemente os organismos ditos não alvos, bem como causam danos ao meio ambiente.

O controle biológico que faz uso de fungos entomopatogênicos é considerado uma alternativa muito interessante na busca do manejo integrado de pragas (MIP). No caso específico de culturas de laranja, estudos revelam que o fungo *Isaria fumosorosea* tem merecido especial destaque. Os desafios para consoli-



André Arnosti



Maria Izabel C. Mathias




Italo Delalibera Júnior

dar os entomopatógenos como uma ferramenta eficaz no controle dessa praga passam por inúmeras variáveis. Dentre elas, podem ser citadas: as condições de temperatura e umidade ideais para o desenvolvimento do fungo no campo, além da correta forma de aplicação do fungo para garantir que os conídios (estruturas reprodutivas dos fungos) cheguem até seu alvo, *D. citri*. O entendimento desta última variável tem sido o objetivo de diversos estudos, que estão sendo desenvolvidos por um grupo de pesquisadores da ESALQ/USP de Piracicaba (SP) sob a coordenação do prof. dr. Italo Delelibera Jr. Além desses, foi recentemente estabelecida uma parceria para o desenvolvimento desses estudos com um grupo de pesquisadores, especialistas em Morfologia de Arthropoda, na Unesp de Rio Claro (SP) e coordenados pela profa. dra. Maria Izabel Camargo Mathias. Juntos esses pesquisadores têm alcançado resultados animadores e esclarecedores sobre a interação hospedeiro (*D. citri*)/entomopatógenos (*Isaria fumosorosea*), inclusive, desenvolvendo bioensaios com diversos adjuvantes, substâncias essas que potencializariam a eficiência do controle, uma vez que facilitariam a adesão de maiores quantidades de conídios ao tegumento (estrutura rígida que recobre o inseto) e que, depois de aderidos, passariam a se desenvolver até penetrar no interior do corpo dos insetos e, dessa forma, ocasionar a sua morte. Nesse sentido,

resultados preliminares já estão sendo obtidos, e a eleição do adjuvante mais adequado certamente conduzir ao sucesso da aplicação desse tipo de controle biológico.

Os estudos desenvolvidos por esses dois importantes grupos de pesquisa utilizam insetos *D. citri* tanto nos estágios de ninfa como no de adulto e, para obtenção desses resultados, os mesmos têm feito uso de ferramentas ultramicroscópicas (MEV - Microscopia Eletrônica de Varredura) as quais permitem demonstrar como ocorrem os processos de adesão e de penetração do fungo no tegumento do inseto e, principalmente, em quais regiões seriam as mais suscetíveis à ação do fungo.

Esse estudo, embora ainda em desenvolvimento, já gerou resultados que sinalizaram que o uso desse tipo de controle biológico para a espécie *D. citri* pode aumentar a eficiência da aplicação do fungo, além de preservar o ambiente, não causando danos aos organismos ditos não alvos. 

Autores:

Eng. agrônomo Dr. André Arnosti - pós-doutorando Unesp/Campus de Rio Claro - Projeto Fapesp nº 2014/19240-4.

Bióloga Dra. Maria Izabel Camargo Mathias - profa. titular do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências da Unesp campus Rio Claro.

Eng. agrônomo Dr. Italo Delalibera Júnior - prof. do Departamento de Entomologia e Acarologia, ESALQ /USP Piracicaba.

Caso Shell: a verdade vindo à tona

Por

Angelo Zanaga Trapé

Em 6/11/2015, no *Correio Popular*, foi divulgada uma matéria sobre o caso Shell Paulínia, envolvendo ex-trabalhadores e moradores, em que fica mais claro o real objetivo de toda a movimentação dos grupos sociais e sindicais e de escritórios de advogados em torno do caso amplamente conhecido pela detecção de resíduos de agroquímicos organoclorados em poços de chácaras da empresa Shell no bairro chamado Recanto dos Pássaros, em Paulínia.

Cerca de 70% dos antigos funcionários que foram contemplados com planos de saúde vitalícios para cuidar da saúde, supostamente prejudicada pela contaminação ambiental residual do local da antiga fábrica da Shell por inseticidas organoclorados, estão buscando acordos com a empresa Shell para receber valores em espécie (R\$ 1 milhão cada um) e declinar dos planos de saúde.

Quais os motivos dessa atitude da ampla maioria dos “contaminados”? Como está a saúde dessas pessoas, já que não mais interessa às mesmas fazer acompanhamento médico periódico? Onde estão as doenças causadas pela “contaminação”?

O presidente do Sindicato dos Químicos Unificados diz que todas essas pessoas são traidoras e devem ser expulsas de uma associação criada no calor da emoção, denominada Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (ATESQ). Vale informar que exposição é diferente de contaminação e intoxicação; aliás, todos os trabalhadores da indústria química em todo o mundo estão expostos a substâncias químicas, mas não obrigatoriamente contaminados ou doentes.

Triste cena, pobres atores que até geraram películas cinematográficas dramáticas, induzindo a sociedade à noção de que o evento de Paulínia não tinha precedentes na história e que os trabalhadores e moradores do entorno da fábrica estavam contaminados de forma crônica e com evoluções críticas da saúde, com alto risco de morte por câncer e outras doenças crônicas.

Foram realizadas análises toxicológicas das mais variadas, no sangue, no cabelo, até com procedimentos invasivos como biópsia de gordura e laudos médicos assinados por profissional especialista contratado pela Prefeitura Municipal de Paulínia, todos com diagnóstico, até em menores de idade, de intoxicação crônica por inseticidas organoclorados com sérios danos à saúde a longo prazo.

Muitos tomaram várias medicações, a maioria delas sem nenhuma indicação específica, que seriam para melhorar a sua saúde (???). Muitos moradores do entorno que tinham sua vida e sobrevivência no local onde moravam tiveram de sair por força policial, perdendo tudo que tinham, seu trabalho, suas casas, seu ganha-pão, sua vida e foram viver em hotéis, apertados

por ações judiciais que duraram mais de uma década.

A pergunta que se apresenta agora é: os cerca de 70% de “contaminados” que receberam plano de saúde vitalício, como está a sua saúde?

Nas estatísticas que o sindicato apresenta de ex-trabalhadores que morreram no período não há como se estabelecer nexo causal entre o trabalho na empresa e a causa do óbito.

Quem lucrou com esse engodo científico? Qual a explicação para que essas pessoas estejam querendo dinheiro e não atenção à saúde?

Qual é o papel dos órgãos públicos de saúde nesse episódio? Secretaria de Saúde Municipal de Paulínia? Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, que avalizou todos os laudos médicos de “contaminação” e “intoxicação crônica” dessas pessoas? Qual a opinião do médico especialista contratado pela Prefeitura de Paulínia que assinou os laudos?

Qual o acompanhamento de saúde que essas pessoas estão tendo e os resultados de suas avaliações clínicas e laboratoriais?


Toda pessoa que tem um diagnóstico de intoxicação crônica deve ter um segmento clínico sistemático; onde estão esses dados atuais?

Quais efeitos crônicos estão sendo monitorados pelos planos de saúde?

A mídia em geral tem feito de maneira sistemática matérias até impactantes sobre o tema e deu ampla cobertura quando a empresa Shell realizou um acordo na Justiça do Trabalho repassando valores na ordem de R\$ 600 milhões para instituições de pesquisa e assistência ao câncer (ótimo para a saúde pública brasileira que anda à mingua) e as instituições são extremamente sérias e com ótimos resultados nessa área.

Mas a ação civil ainda não terminou, ou seja, não foi determinado nexo causal entre a contaminação ambiental e efeitos na saúde dos ex-trabalhadores e moradores do entorno até o momento.

Então, diante desse novo fato de ação dos cerca de 70% de ex-trabalhadores que querem dinheiro e não plano de saúde, pergunta-se: Quais efeitos crônicos essas pessoas apresentam e quais dados de saúde estão disponíveis para que se possa demonstrar se há nexo causal ou não?

Com a palavra os órgãos públicos de saúde municipal e estadual, o médico especialista contratado que emitiu os laudos, a ATESQ e o Sindicato dos Químicos Unificados. 

****Prof. Dr. Angelo Zanaga Trapé é coordenador da área de Saúde Ambiental do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp**

AEASP na rede

Quer encontrar os colegas da Engenharia Agrônômica? Basta entrar na Fan page, página no Facebook, da AEASP. Está todo mundo lá, curtindo e compartilhando as notícias diárias do agronegócio no Brasil e no mundo. Também postamos informações sobre carreira, vagas de emprego para engenheiros agrônomos, segmentos em expansão. Já são mais de 500 curtidas. Interaja conosco pelas Redes Sociais, opine sobre os assuntos divulgados, dê sugestões. Vamos falar sobre esse tema que amamos: a Agronomia.

Visite-nos!

www.facebook.com/aeaspng



Seja sócio, porque juntos somos fortes!

A Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) presta serviços importantes para os profissionais de nível superior das classes agrônômicas. A entidade defende os interesses da categoria, contribuindo pela constante valorização dos engenheiros agrônomos. Ao associar-se à AEASP, você contribui para o fortalecimento desse trabalho, que consiste na defesa dos direitos e interesses dos engenheiros agrônomos; valorização da classe profissional e acesso a informações relevantes para a categoria, por meio do *Jornal do Engenheiro Agrônomo*, do site e das redes sociais da AEASP.

A importância da ART

Prezado associado da AEASP, ao preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se esqueça de registrar no campo 31 o número 58. Desta forma, você estará ajudando a AEASP a obter mais recursos que serão revertidos em seu benefício. Se o emissor deixar o campo 31 em branco, a alíquota não é repassada à nossa entidade.

Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônômico, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.

Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:

Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP: 01041-000 | São Paulo - SP
Tel.: (11) 3221-6322 | Fax: (11) 3221-6930
redacaojea@aeasp.org.br | secretaria@aeasp.org.br

Envie suas sugestões de conteúdo e críticas para o JEA.

Encaminhe suas mensagens para:

redacaojea@aeasp.org.br

JORNAL DO ENGENHEIRO
Agrônomo